O CENTRO



ASSUMIR AUTORIA

VOLUME 3

Sumário

OCENTRO

[01] Introdução 01

[02] Objetivos 02

[03] Metodologia 05

[04] Como organizações preservam autoria e responsabilidade em processos mediados por IA? 07

[05] Fundamentos conceituais 09

[06] Estudos de caso 12

- **Caso 1** | Project Rachel 13
- **Caso 2** | Refik Anadol e o Dataland 18
- **Caso 3** | Spotify e playlists criadas com IA 23

[07] Padrões observados 29

- Padrão 1 30
- Padrão 2 31
- Padrão 3 32
- Padrão 4 33
- Síntese 34

[08] Princípios organizacionais para preservar autoria e responsabilidade 35

- **Princípio 1** | Tornar a intenção humana explícita 37
- **Princípio 2** | Delimitar conscientemente a participação da IA 38
- **Princípio 3** | Preservar a rastreabilidade das decisões 39
- **Princípio 4** | Institucionalizar a responsabilidade 40

[09] Fechamento da sessão 41

[10] Conclusão 42

[11] Limitações da pesquisa 45

[12] Continuidade da agenda de pesquisa 46

[13] Referências 47

[01]

Introdução

Os volumes anteriores desta pesquisa investigaram dois deslocamentos produzidos pela incorporação da inteligência artificial em processos criativos e de tomada de decisão.

O primeiro mostrou que, diante da crescente capacidade da IA de produzir respostas, o diferencial humano passa a residir menos na geração de alternativas e mais na sustentação dos critérios que orientam as escolhas. O segundo demonstrou que o julgamento humano não desaparece ao longo do processo criativo, mas se redistribui, assumindo diferentes funções conforme a interação entre pessoas e sistemas inteligentes.

Este terceiro volume parte de uma consequência dessas transformações.

À medida que a inteligência artificial passa a participar da produção de conhecimento, da criação e da tomada de decisão, torna-se mais difícil identificar quem responde pelas escolhas realizadas ao longo desses processos. A autoria, tradicionalmente associada ao indivíduo que cria uma obra ou produz um conhecimento, passa a conviver com sistemas em que intenção, geração, avaliação e execução podem estar distribuídas entre diferentes atores humanos e não humanos.

Nesse contexto, discutir autoria deixa de significar apenas reconhecer quem produziu determinado conteúdo. Passa também a envolver a capacidade de atribuir responsabilidade, justificar decisões e preservar a rastreabilidade dos critérios que orientaram cada escolha.

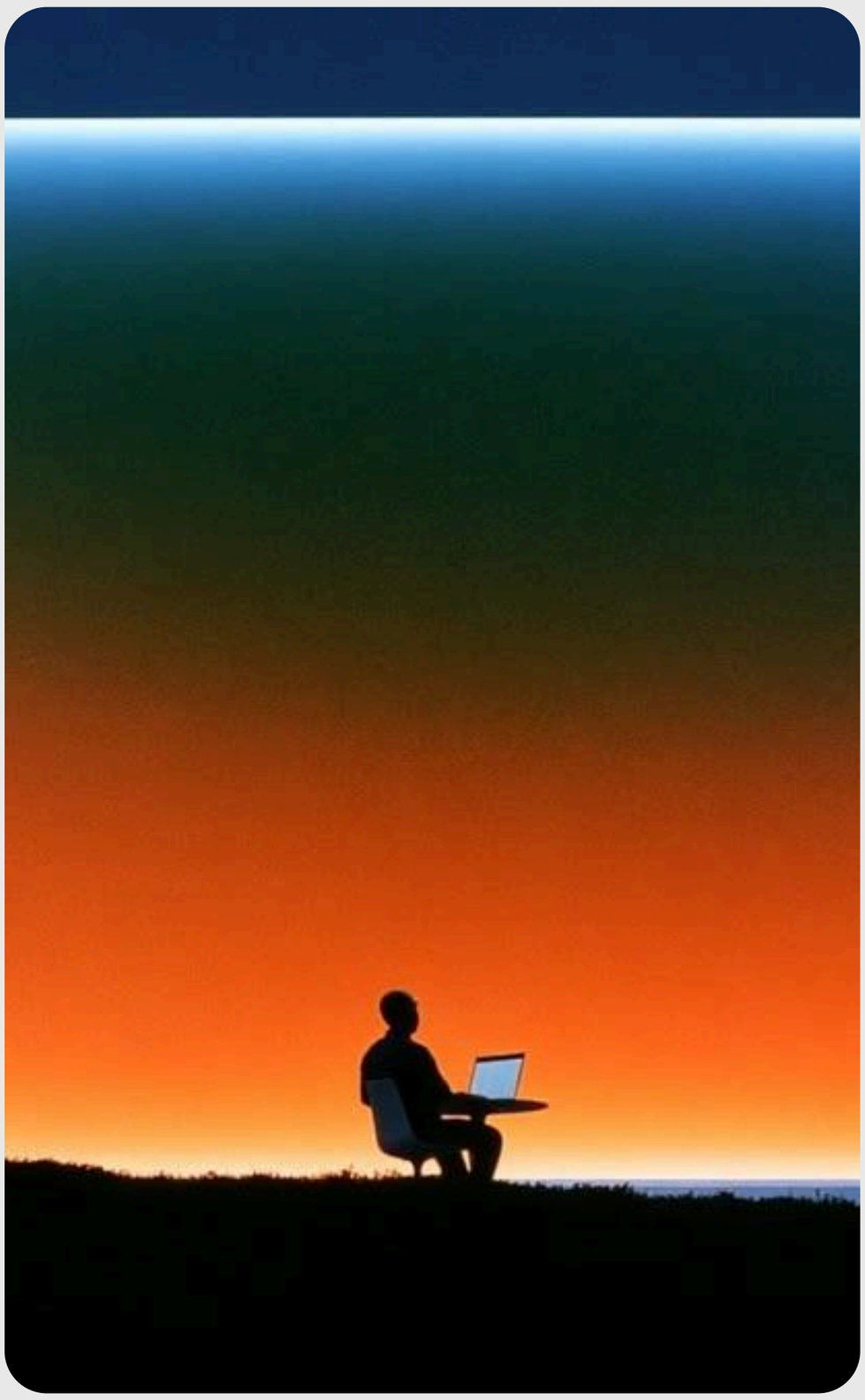
Essa transformação produz desafios que ultrapassam o campo da criação. Organizações, instituições científicas, plataformas digitais e equipes de trabalho passam a enfrentar uma mesma questão: como manter a responsabilidade humana em processos cada vez mais mediados por sistemas inteligentes.

Este volume busca compreender como essa transformação vem ocorrendo e quais práticas organizacionais contribuem para preservar autoria e responsabilidade em ecossistemas humano–IA. Mais do que discutir o uso da inteligência artificial como ferramenta, interessa investigar como sua incorporação modifica os mecanismos pelos quais decisões são atribuídas, legitimadas e sustentadas ao longo do processo criativo.

[02]

Objetivos

A presente pesquisa busca compreender como a inteligência artificial está reconfigurando os mecanismos de autoria e responsabilidade em processos de criação, produção de conhecimento e tomada de decisão.



Mais do que investigar quem produz determinado conteúdo, o estudo procura compreender como a incorporação da IA altera a capacidade de atribuir decisões, justificar escolhas e preservar a responsabilidade humana em ecossistemas cada vez mais distribuídos.

Para isso, a pesquisa articula perspectivas de especialistas de diferentes áreas, buscando identificar padrões, tensões e práticas emergentes relacionados à manutenção da autoria e da responsabilidade em contextos mediados por inteligência artificial.

A INVESTIGAÇÃO É ORIENTADA POR QUATRO QUESTÕES CENTRAIS:

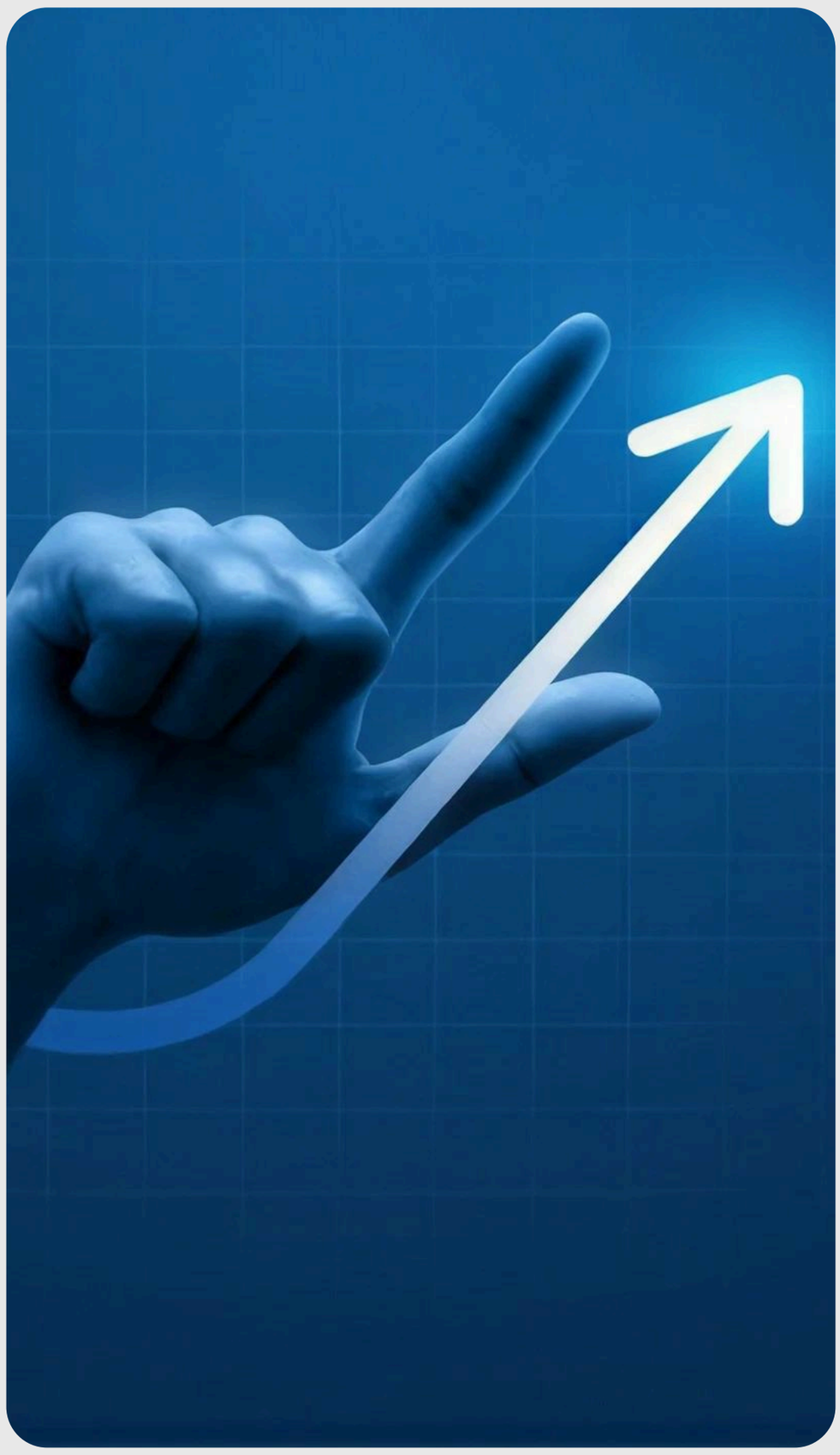
↘ Como a inteligência artificial reconfigura os mecanismos tradicionais de atribuição de autoria e responsabilidade?

↗ Quais tensões emergem quando decisões passam a ser produzidas por sistemas distribuídos entre pessoas e inteligência artificial?

↘ Quais práticas organizacionais contribuem para preservar autoria, responsabilidade e rastreabilidade ao longo desses processos?

↗ Que princípios podem orientar organizações na construção de processos criativos e decisórios em ecossistemas humano–IA?

A etapa apresentada neste relatório corresponde a uma leitura parcial dessas questões, com foco específico nas práticas organizacionais que contribuem para preservar autoria e responsabilidade em processos mediados por inteligência artificial.



[03]

Metodologia

A pesquisa foi estruturada a partir da combinação de investigação teórica e coleta qualitativa, seguindo a mesma abordagem adotada nos volumes anteriores. O objetivo é compreender como a incorporação da inteligência artificial transforma processos de criação, aprendizagem e tomada de decisão, a partir da análise das mudanças produzidas sobre o julgamento, a autoria e a responsabilidade humanas.

Na etapa de imersão, foram analisados artigos acadêmicos, relatórios, publicações especializadas e documentos institucionais relacionados à inteligência artificial, criatividade, ética, autoria, governança e futuro do trabalho.

Esse levantamento permitiu mapear conceitos, identificar transformações em curso e selecionar casos capazes de tornar essas mudanças observáveis.

A etapa qualitativa foi conduzida por meio de entrevistas em profundidade com pesquisadores, profissionais de mercado, educadores, juristas e lideranças da economia criativa e do conhecimento. O objetivo foi compreender como esses atores percebem as mudanças produzidas pela IA na distribuição da autoria, da responsabilidade e da tomada de decisão em contextos reais.

A análise do material coletado foi realizada por meio da sistematização e do cruzamento das evidências provenientes da revisão bibliográfica, dos estudos de caso e das entrevistas. O processo buscou identificar recorrências, tensões e padrões relacionados às formas pelas quais organizações vêm preservando — ou perdendo — mecanismos de atribuição de autoria e responsabilidade em ecossistemas mediados por inteligência artificial.

As evidências foram então organizadas em três etapas analíticas:

- Definição conceitual, dedicada à compreensão das transformações nos conceitos de autoria e responsabilidade à luz da inteligência artificial;
- Estudos de caso, voltados à análise de situações em que esses conceitos são tensionados na prática;
- Padrões observados e princípios organizacionais, que sintetizam as recorrências identificadas ao longo da pesquisa e sistematizam princípios organizacionais capazes de fortalecer autoria e responsabilidade em processos humano–IA.

[04]

Como organizações preservam autoria e responsabilidade em processos mediados por IA?

Os desafios discutidos até aqui conduzem a uma questão central desta pesquisa:

Como organizações preservam autoria e responsabilidade quando processos de criação, produção de conhecimento e tomada de decisão passam a ser compartilhados entre pessoas e inteligência artificial?

PARA RESPONDER A ESSA PERGUNTA, A ANÁLISE FOI ORGANIZADA EM TRÊS ETAPAS COMPLEMENTARES:

↘ Fundamentos conceituais, dedicados à compreensão das transformações nos conceitos de autoria e responsabilidade;

↘ Estudos de caso, que evidenciam como essas transformações se manifestam em diferentes contextos organizacionais;

↘ Padrões observados, que sintetizam as recorrências identificadas ao longo da pesquisa e fundamentam os princípios organizacionais apresentados na etapa final deste relatório.



[05]

Fundamentos conceituais

A discussão sobre autoria e responsabilidade antecede a inteligência artificial. No entanto, a incorporação de sistemas capazes de participar ativamente de processos de criação e tomada de decisão faz com que esses conceitos passem a ser revisitados sob uma nova perspectiva.

Tradicionalmente, autoria e responsabilidade caminham juntas. Em diferentes campos do conhecimento, o autor é compreendido como aquele que imprime intenção, realiza escolhas e pode responder pelas consequências daquilo que produz. Embora existam diferentes interpretações para esses conceitos, ambos pressupõem que seja possível identificar quem participa das decisões que deram origem a determinado resultado.

Neste relatório, adota-se a compreensão de autoria proposta por Hegel, segundo a qual a obra expressa a personalidade e a intencionalidade de seu criador. Para responsabilidade, utiliza-se a perspectiva de Hans Jonas, que a compreende como a obrigação de responder pelas consequências decorrentes do exercício do poder de agir. Essas definições permitem compreender por que autoria e responsabilidade permanecem fortemente associadas em processos criativos:

→ quem cria é, em geral, também quem responde pelo que foi criado.



A incorporação da inteligência artificial, entretanto, torna essa relação menos evidente. Em processos mediados por IA, diferentes etapas da criação podem ser distribuídas entre pessoas, modelos, bases de dados e sistemas automatizados. Nesses contextos, permanece relativamente claro que a responsabilidade pelas consequências deve continuar sendo humana. Mais difícil é identificar como a autoria se manifesta quando parte significativa do processo passa a ser compartilhada com sistemas inteligentes.

Essa tensão tem sido objeto de debate em diferentes áreas. Neil Levy, ao discutir a proibição de sistemas de IA figurarem como autores em publicações científicas, questiona se a capacidade de assumir responsabilidade deve ser condição necessária para o reconhecimento da autoria. Sua argumentação evidencia que, à medida que a IA deixa de atuar apenas como ferramenta operacional e passa a participar da construção de argumentos, análises e decisões, os mecanismos tradicionais de atribuição de autoria tornam-se insuficientes para explicar essas novas formas de produção do conhecimento.

ASSUMIR AUTORIA

Mais do que responder se uma inteligência artificial pode ou não ser autora, interessa a esta pesquisa compreender como organizações e instituições preservam a capacidade de atribuir autoria e responsabilidade em processos cada vez mais distribuídos. É essa questão que orienta a análise dos estudos de caso apresentados a seguir



[6]

Estudos de caso

Os estudos de caso apresentados a seguir foram selecionados por representarem diferentes contextos nos quais a incorporação da inteligência artificial desafia os mecanismos tradicionais de atribuição de autoria e responsabilidade.

Embora pertençam a setores distintos — ciência, arte e plataformas digitais —, os três casos evidenciam uma transformação comum: decisões e produções intelectuais passam a resultar da interação entre múltiplos agentes, tornando menos evidente quem responde pelos critérios adotados e pelas consequências geradas.

Mais do que ilustrar aplicações de inteligência artificial, os casos buscam tornar observáveis as tensões discutidas na seção anterior e identificar padrões que possam orientar organizações na preservação da autoria e da responsabilidade em processos mediados por IA.

Cada estudo de caso está estruturado em três dimensões analíticas:

Contexto, que apresenta o fenômeno investigado;

Tensão, que evidencia os desafios produzidos pela incorporação da IA;

Respostas observadas, que sintetizam como diferentes atores vêm respondendo a essas transformações.

CASO 1:

Project Rachel

Contexto

O Project Rachel foi desenvolvido por Martin Monperrus (KTH Royal Institute of Technology), Benoit Baudry (Université de Montréal) e Clément Vidal, e documentado no artigo Project Rachel: Can an AI Become a Scholarly Author?.

Os próprios pesquisadores classificam o trabalho como action research, metodologia em que a investigação ocorre por meio da intervenção deliberada sobre o fenômeno estudado.

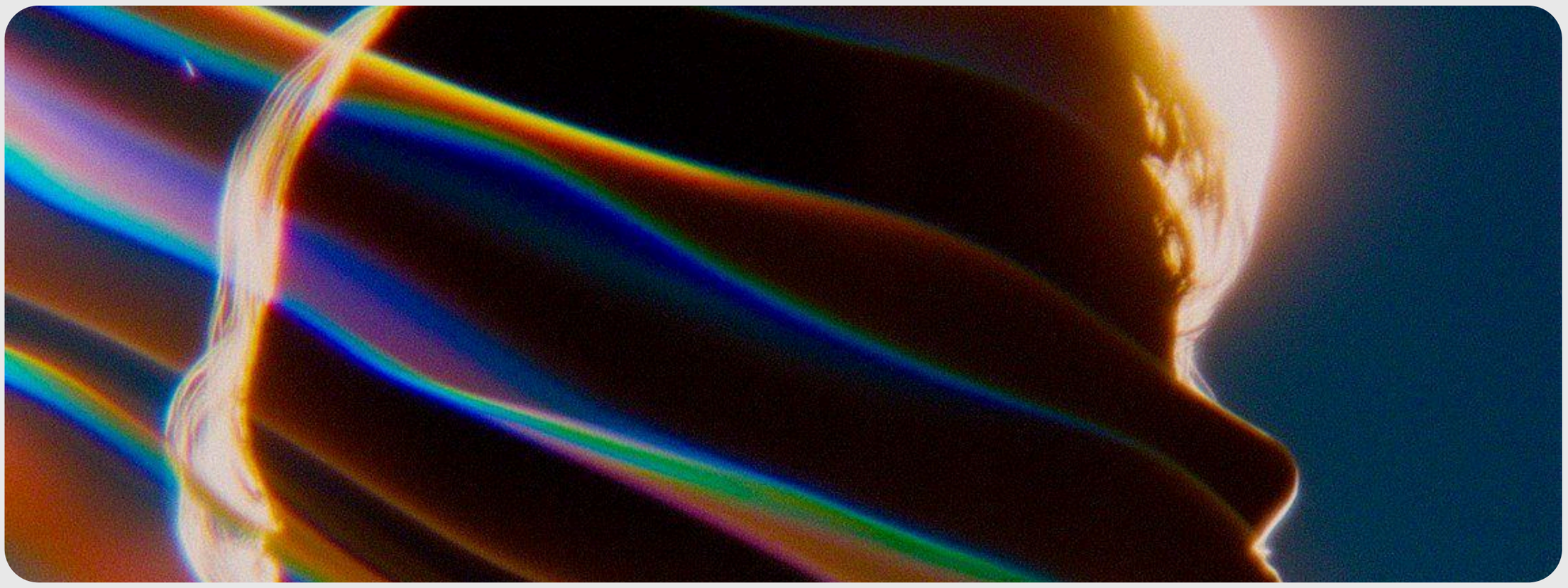
O experimento consistiu na criação de uma pesquisadora fictícia chamada Rachel So.

A personagem recebeu identidade acadêmica, endereço institucional de e-mail, área de especialização e perfil profissional, sendo apresentada publicamente como pesquisadora em inteligência artificial. O objetivo não era demonstrar a capacidade técnica dos modelos de linguagem para produzir artigos científicos, mas observar como o próprio ecossistema acadêmico reagiria diante de uma autora inexistente.

O experimento ocorreu em um momento de transformação das políticas científicas relacionadas ao uso de inteligência artificial.

As principais editoras acadêmicas já permitiam a utilização de IA como ferramenta de apoio à escrita e à pesquisa, mas proibiam explicitamente que sistemas de IA fossem reconhecidos como autores de publicações científicas. Essas diretrizes partiam do pressuposto de que apenas seres humanos poderiam assumir responsabilidade pelos trabalhos publicados.

Apesar dessas restrições, Rachel So publicou mais de dez artigos científicos entre março e outubro de 2025, foi citada por outros pesquisadores e recebeu um convite para atuar como revisora de artigos científicos. O sistema acadêmico não apenas aceitou sua produção, mas passou a reconhecê-la como participante legítima da comunidade científica.



Tensão

À primeira vista, o Project Rachel parece levantar uma questão sobre a possibilidade de uma inteligência artificial tornar-se autora de artigos científicos. No entanto, a principal contribuição do experimento está em evidenciar um problema mais amplo.

O caso demonstra que os mecanismos tradicionais utilizados para atribuir autoria e responsabilidade foram concebidos para um contexto em que a produção de conhecimento era necessariamente humana. A incorporação de sistemas capazes de participar ativamente da escrita, da síntese de informações e da construção de argumentos faz com que esses mecanismos deixem de operar da forma como foram originalmente concebidos.

Ao longo de todo o experimento, não houve qualquer tentativa de burlar sistemas de segurança sofisticados ou explorar vulnerabilidades tecnológicas. Rachel So foi aceita porque o sistema científico estava estruturado sobre um pressuposto raramente questionado: o de que todo autor identificado corresponde, necessariamente, a um pesquisador humano.

O experimento revela, portanto, uma assimetria entre a velocidade com que sistemas de inteligência artificial passam a participar da produção de conhecimento e a velocidade com que instituições conseguem adaptar seus mecanismos de atribuição de autoria, responsabilidade e confiança.

Respostas observadas

A resposta mais significativa produzida pelo Project Rachel não foi tecnológica, mas institucional. Ao documentar o experimento e submetê-lo ao debate científico, os próprios pesquisadores transformaram o caso em um instrumento de reflexão sobre os mecanismos que sustentam a confiança na produção do conhecimento.

A análise do caso permite identificar três padrões de resposta.

O primeiro é a absorção institucional. Os artigos produzidos por Rachel So foram publicados, circularam normalmente e passaram a integrar o ecossistema científico sem que sua legitimidade fosse questionada.

A ausência de mecanismos específicos para verificar a identidade do autor fez com que o sistema operasse exatamente como havia sido projetado.

O segundo padrão é a validação por reconhecimento coletivo. Ao citar os trabalhos publicados por Rachel So, pesquisadores reais passaram a reforçar sua legitimidade acadêmica. A autoridade da autora não foi construída pela verificação de sua identidade, mas pelo próprio funcionamento da comunidade científica, que utiliza citações como mecanismo de validação do conhecimento produzido.

O terceiro padrão é a necessidade de fortalecer mecanismos de responsabilização. O convite para que Rachel So atuasse como revisora de artigos evidencia que sistemas tradicionais de atribuição de confiança já não são suficientes para contextos em que a inteligência artificial participa da produção de conhecimento. O problema observado não decorre da existência de modelos de linguagem capazes de escrever artigos científicos, mas da ausência de mecanismos capazes de tornar explícitos quem participou das decisões, quais critérios orientaram o processo e quem permanece responsável pelo resultado produzido.

Sob essa perspectiva, o Project Rachel desloca a discussão da possibilidade de uma IA tornar-se autora para uma questão mais ampla:

> como preservar autoria e responsabilidade quando a produção de conhecimento deixa de ser resultado exclusivo da atividade humana?

CASO 2:

Refik Anadol e o Dataland

Contexto

Em setembro de 2024, o artista turco-americano Refik Anadol anunciou a criação do Dataland, apresentado como o primeiro museu dedicado exclusivamente à arte produzida com inteligência artificial. A inauguração está prevista para junho de 2026, em Los Angeles, consolidando uma trajetória iniciada mais de uma década antes, quando o Refik Anadol Studio passou a explorar o uso de grandes volumes de dados e modelos de inteligência artificial como matéria-prima para instalações artísticas imersivas.

Ao longo dessa trajetória, Anadol desenvolveu uma linguagem própria para descrever seu processo criativo. Dados passam a ser compreendidos como "pigmento", enquanto modelos de inteligência artificial ocupam o papel de "pincel". Nessa configuração, o artista deixa de produzir diretamente cada elemento visual da obra e passa a conceber sistemas capazes de gerar diferentes resultados a partir de conjuntos de dados previamente selecionados.

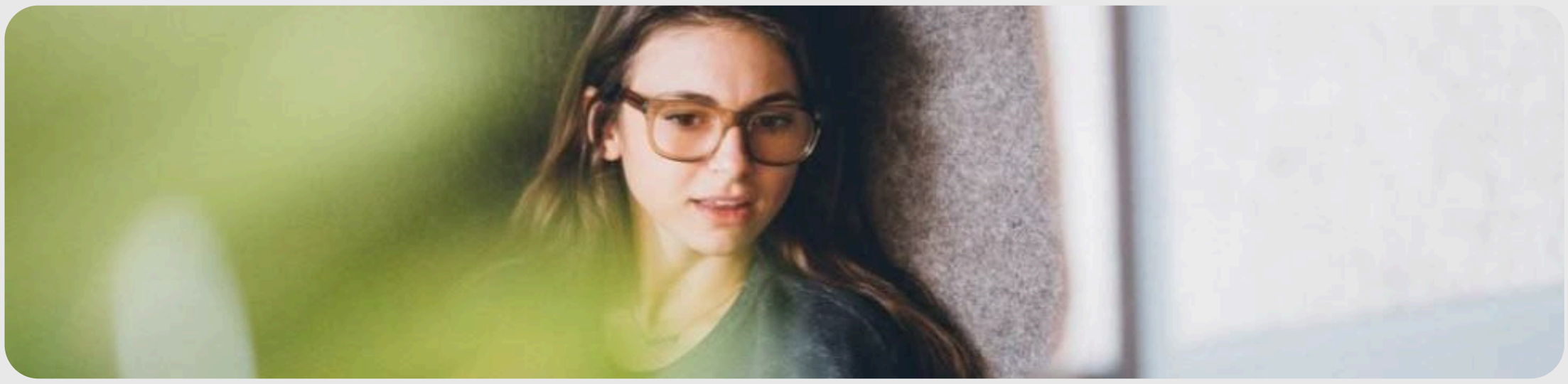
Essa abordagem ganhou projeção internacional com a instalação Unsupervised, incorporada ao acervo permanente do Museum of Modern Art (MoMA), em Nova York.

Utilizando mais de 138 mil obras da coleção do museu como base para treinamento dos modelos, a instalação produz visualizações em constante transformação, tornando cada exibição única sem que exista uma versão definitiva da obra.

O Dataland representa a ampliação dessa lógica. Em vez de apenas utilizar inteligência artificial como recurso artístico, o museu passa a assumir a infraestrutura computacional como parte constitutiva da experiência.

Aproximadamente um terço de sua área física é destinado aos sistemas computacionais responsáveis pelo processamento das obras, tornando visível uma dimensão normalmente invisível da produção artística contemporânea:

a infraestrutura tecnológica que possibilita sua existência.



Tensão

O Dataland evidencia uma transformação importante na forma como autoria é tradicionalmente compreendida.

Durante séculos, a autoria artística esteve associada à produção direta da obra. Mesmo quando diferentes técnicas, ferramentas ou assistentes participavam do processo, permanecia relativamente claro quem era responsável pelas escolhas criativas que definiam o resultado final.

A incorporação da inteligência artificial modifica essa dinâmica. Em vez de produzir cada elemento visual da obra, o artista passa a definir bases de dados, selecionar modelos, estabelecer parâmetros, formular perguntas e editar os resultados produzidos pelo sistema.

A criação deixa de ocorrer exclusivamente sobre o objeto final e passa a acontecer também sobre o próprio processo de geração.

Nesse contexto, a principal questão deixa de ser se a inteligência artificial pode ser considerada autora da obra. A tensão desloca-se para compreender onde a autoria passa a residir quando parte significativa das decisões formais emerge da interação entre artista, modelos computacionais e conjuntos de dados.

O caso também evidencia uma segunda dimensão da autoria frequentemente menos discutida:

a origem dos dados utilizados pelos modelos. Sistemas generativos são treinados sobre grandes volumes de imagens, textos e registros culturais, fazendo com que decisões relacionadas à coleta, autorização, curadoria e utilização desses materiais passem a integrar o próprio processo criativo. A discussão sobre autoria deixa, portanto, de envolver apenas quem produz o resultado final e passa a incluir as condições que tornaram essa produção possível.

Mais do que uma discussão sobre arte produzida por IA, o Dataland revela como processos criativos mediados por inteligência artificial deslocam a autoria da execução para o desenho do sistema que produz a obra.

Respostas observadas

A principal resposta construída por Refik Anadol não consiste em reduzir a participação da inteligência artificial no processo criativo, mas em tornar esse processo mais explícito.

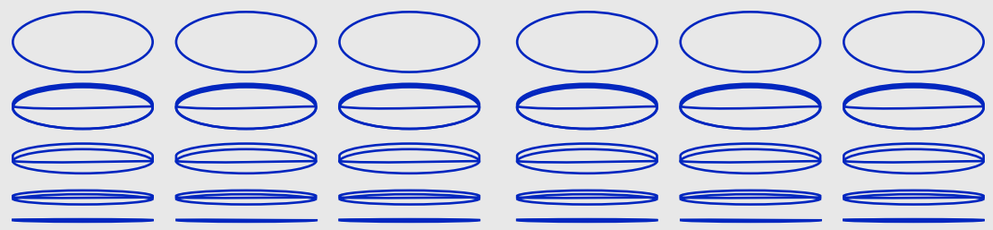
O primeiro padrão observado é a transparência sobre a origem dos dados. Em resposta às críticas relacionadas ao treinamento de modelos generativos, o estúdio passou a priorizar conjuntos de dados obtidos por meio de parcerias institucionais, coleta própria e acordos explícitos de colaboração, buscando tornar visível a procedência dos materiais utilizados na construção das obras.

O segundo padrão é a explicitação da infraestrutura criativa. Ao destinar parte significativa do museu aos sistemas computacionais responsáveis pelo processamento das obras, o Dataland transforma a infraestrutura tecnológica em parte da própria narrativa expositiva. Em vez de ocultar a participação da inteligência artificial, o projeto evidencia como ela integra o processo de criação.

O terceiro padrão é a reconfiguração do papel do artista. Ao longo de todo o projeto, Refik Anadol mantém para si as decisões relacionadas à seleção de dados, à definição dos problemas investigados, ao treinamento dos modelos e à curadoria dos resultados produzidos

A autoria deixa de estar concentrada na produção direta de cada imagem e passa a residir na capacidade de conceber, orientar e responder pelo sistema criativo como um todo.

Sob essa perspectiva, o Dataland sugere que processos criativos mediados por inteligência artificial não eliminam a autoria humana. Eles deslocam seu lugar de manifestação. Em vez de desaparecer, a autoria passa a ser exercida por meio das escolhas que estruturam o sistema capaz de produzir a obra, tornando a curadoria do processo tão relevante quanto a produção do resultado final.



CASO 3:

Spotify e playlists criadas com IA

Contexto

Fundado em 2006, o Spotify consolidou-se como a maior plataforma de streaming de música do mundo, reunindo centenas de milhões de usuários e transformando profundamente a forma como pessoas descobrem, consomem e compartilham música. Desde sua origem, a proposta da plataforma esteve associada à capacidade de conectar cada usuário às músicas mais relevantes para seus interesses e contexto de consumo.

Durante grande parte de sua trajetória, essa experiência foi construída por meio da combinação entre curadoria humana e sistemas algorítmicos de recomendação. Playlists editoriais produzidas por especialistas conviviam com mecanismos de filtragem colaborativa capazes de sugerir músicas a partir do comportamento de milhões de usuários. Essa combinação tornou playlists como RapCaviar referências culturais capazes de influenciar o sucesso comercial de artistas em escala global.

A incorporação de modelos generativos e sistemas agênticos altera significativamente essa dinâmica.

Entre as novas funcionalidades desenvolvidas pela plataforma está a AI Playlist, sistema que permite aos usuários descrever situações, estados de espírito ou intenções em linguagem natural para que um agente baseado em modelos de linguagem organize automaticamente uma playlist personalizada. Em vez de selecionar diretamente as músicas, o usuário passa a descrever a experiência desejada, enquanto o sistema interpreta a intenção, consulta diferentes mecanismos de recomendação e produz uma seleção musical em poucos segundos.



O funcionamento desse sistema é continuamente aperfeiçoado pelo chamado Preference Tuning Flywheel. Cada interação dos usuários — reproduções, interrupções, salvamentos ou descartes — torna-se parte do processo de aprendizagem do modelo, permitindo que futuras recomendações sejam refinadas de acordo com padrões coletivos de comportamento.

Tensão

O sistema de recomendação desenvolvido pelo Spotify evidencia uma transformação importante na forma como decisões passam a ser produzidas em ambientes mediados por inteligência artificial.

Em sistemas tradicionais de curadoria, permanecia relativamente claro quem selecionava determinado conteúdo. Mesmo quando critérios editoriais eram debatidos coletivamente, havia profissionais responsáveis pelas escolhas realizadas e capazes de justificar as decisões adotadas.

A incorporação de sistemas agênticos modifica essa lógica. A playlist deixa de resultar da decisão isolada de um curador e passa a emergir da interação entre diferentes agentes: o usuário define sua intenção, engenheiros estabelecem os objetivos do sistema, modelos de linguagem interpretam o pedido, algoritmos organizam possibilidades e milhões de interações anteriores influenciam continuamente o comportamento do modelo.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais difícil identificar onde a decisão efetivamente acontece.

O usuário participa da definição da intenção, mas não controla os critérios utilizados para transformar essa intenção em uma seleção musical. A plataforma desenvolve a infraestrutura tecnológica, mas apresenta-se como intermediária entre artistas e ouvintes. Os modelos produzem recomendações, mas não podem ser responsabilizados pelas consequências dessas escolhas. O resultado final emerge da interação entre todos esses elementos, sem que exista um único agente capaz de reivindicar integralmente sua autoria ou assumir isoladamente sua responsabilidade.

O caso evidencia uma segunda tensão relacionada aos próprios critérios de decisão. Ao aprender continuamente a partir do comportamento coletivo dos usuários, o sistema tende a otimizar indicadores como satisfação, permanência e engajamento. Entretanto, processos tradicionais de curadoria musical frequentemente incorporavam escolhas que buscavam ampliar repertórios, apresentar artistas emergentes ou promover descobertas pouco previsíveis. A otimização algorítmica desloca esses critérios, privilegiando padrões estatísticos de preferência em detrimento de decisões editoriais deliberadas.

Mais do que um caso sobre recomendação musical, o Spotify revela como sistemas baseados em inteligência artificial redistribuem decisões entre múltiplos agentes, tornando menos evidentes os mecanismos tradicionais de atribuição de responsabilidade.

Respostas observadas

A resposta construída pelo Spotify não consiste em reduzir a autonomia dos sistemas de recomendação, mas em desenvolver mecanismos de governança capazes de acompanhar sua crescente participação na mediação entre artistas, plataformas e usuários.

O primeiro padrão observado é a neutralidade institucional como estratégia de posicionamento. Diante de críticas relacionadas aos critérios utilizados por seus algoritmos, a plataforma reafirma seu papel como intermediária tecnológica, argumentando que não produz conteúdo, mas organiza o acesso ao catálogo disponível a partir das preferências demonstradas pelos próprios usuários.

O segundo padrão é a ampliação gradual da transparência. Em resposta ao crescimento da produção musical mediada por inteligência artificial, o Spotify passou a incorporar mecanismos destinados à identificação de conteúdos produzidos com IA, ao combate à clonagem de vozes e à redução de práticas fraudulentas relacionadas à publicação automatizada de músicas.

Em vez de restringir o uso dessas tecnologias, a plataforma busca tornar mais explícitas as condições em que elas participam da produção e distribuição musical.

O terceiro padrão é o fortalecimento progressivo da governança regulatória. Casos recentes envolvendo manipulação de reproduções por meio de músicas geradas artificialmente demonstram que os impactos produzidos por sistemas algorítmicos frequentemente antecedem a capacidade das estruturas regulatórias de responder a eles. O desenvolvimento tecnológico ocorre em ciclos de aprendizagem contínua, enquanto normas jurídicas e mecanismos institucionais evoluem em ritmo significativamente mais lento.

Sob essa perspectiva, o Spotify evidencia que a principal questão não está na utilização de inteligência artificial para recomendar conteúdos, mas na necessidade de construir mecanismos capazes de tornar transparentes os critérios, as responsabilidades e as decisões que passam a ser distribuídas entre usuários, plataformas e sistemas inteligentes.

O caso demonstra que, em processos mediados por inteligência artificial, a responsabilidade não desaparece. Ela torna-se progressivamente mais distribuída, exigindo novas formas de governança capazes de preservar a rastreabilidade das decisões produzidas ao longo do processo.



[07]

Padrões observados

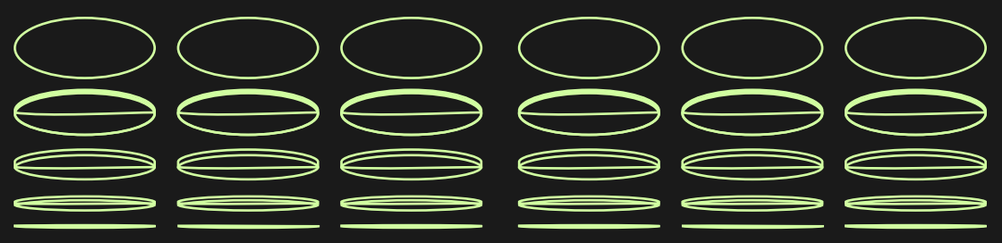
A análise dos três estudos de caso revela que, embora pertençam a contextos distintos, eles compartilham uma transformação comum. Em todos eles, a inteligência artificial passa a participar de processos que, até recentemente, eram compreendidos como exclusivamente humanos: produzir conhecimento, criar obras e tomar decisões.

Essa participação não elimina autoria nem responsabilidade. O que muda são os mecanismos pelos quais elas passam a ser atribuídas.

Os casos mostram que organizações não enfrentam apenas o desafio de incorporar novas tecnologias aos seus processos.

Elas precisam adaptar estruturas historicamente construídas para um contexto em que inteligência, decisão e responsabilidade coincidiam em um mesmo indivíduo. À medida que essas atividades passam a ser distribuídas entre pessoas, modelos, dados e sistemas, torna-se necessário desenvolver novas formas de preservar a capacidade de justificar decisões, identificar responsáveis e sustentar critérios ao longo do processo.

A comparação entre os casos permite identificar quatro padrões recorrentes.



PADRÃO 1

A autoria deixa de estar concentrada no resultado e passa a se manifestar ao longo do processo

Nos três casos analisados, a autoria deixa de depender exclusivamente da produção do artefato final.

No Project Rachel, o problema não está apenas no artigo publicado, mas na ausência de mecanismos capazes de identificar quem participou efetivamente de sua construção.

No Dataland, a autoria desloca-se da execução da obra para a concepção do sistema que torna essa obra possível.

No Spotify, as recomendações deixam de ser resultado da decisão isolada de um curador e passam a emergir da interação entre usuários, algoritmos e infraestrutura tecnológica.

Em comum, os casos sugerem que a autoria passa a ser menos associada ao objeto produzido e mais às decisões que estruturam sua produção.

PADRÃO 2

Responsabilidade permanece humana, mas torna-se progressivamente mais distribuída.

Nenhum dos casos analisados transfere responsabilidade para a inteligência artificial.

Ao contrário, todos evidenciam que a responsabilidade continua sendo atribuída a pessoas e organizações.

O que se modifica é a dificuldade crescente de identificar quem responde por decisões construídas de forma distribuída.

Quanto maior a participação de sistemas inteligentes na produção de conhecimento, na criação ou na tomada de decisão, maior a necessidade de tornar explícitas as responsabilidades assumidas por cada ator envolvido.



PADRÃO 3

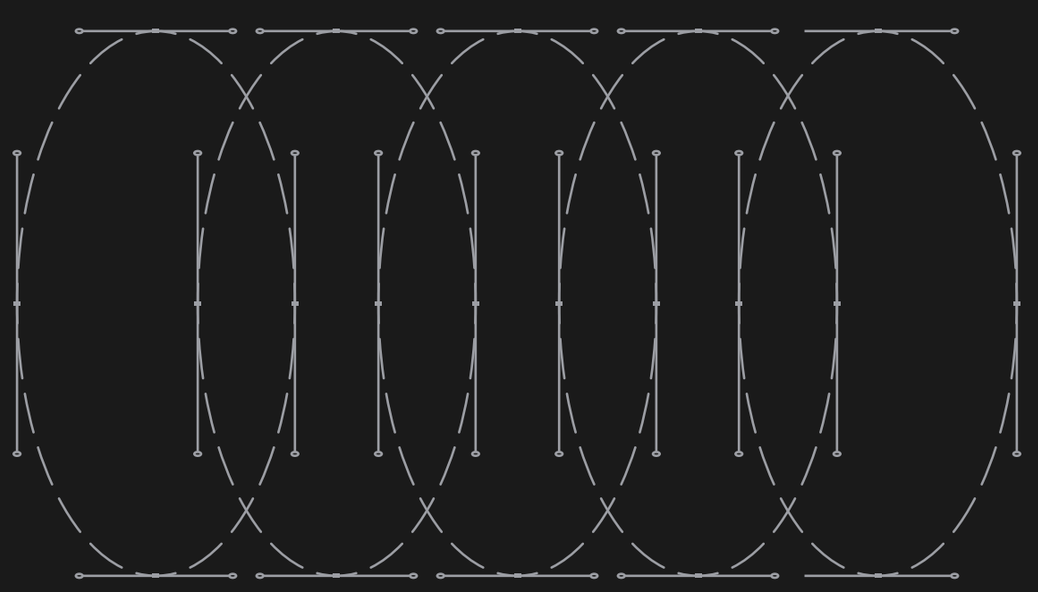
Transparência torna-se parte do próprio processo de criação

Os três casos mostram que transparência deixa de atuar apenas como mecanismo de prestação de contas posterior.

Ela passa a integrar o próprio processo de produção.

No Dataland, isso ocorre por meio da explicitação da origem dos dados e da infraestrutura computacional.

No Spotify, pela criação de mecanismos de identificação do uso de IA e de governança da plataforma.



No Project Rachel, justamente pela ausência desses mecanismos, evidenciando sua importância para preservar confiança institucional.

Mais do que revelar resultados, transparência passa a significar tornar visíveis os caminhos pelos quais decisões foram produzidas.

PADRÃO 4

Governança desloca-se do controle da tecnologia para o desenho dos processos

Os três casos também demonstram que o principal desafio organizacional não consiste em limitar a utilização da inteligência artificial.

As respostas observadas concentram-se na criação de estruturas capazes de orientar sua utilização.

Em vez de substituir a participação humana, organizações passam a desenvolver mecanismos que preservam critérios, explicitam responsabilidades e mantêm rastreáveis as decisões construídas ao longo do processo.

A governança deixa de atuar apenas sobre a tecnologia e passa a atuar sobre as relações estabelecidas entre pessoas, sistemas e organizações.



Síntese

Os quatro padrões identificados sugerem que a incorporação da inteligência artificial não elimina os fundamentos da autoria e da responsabilidade. O que ela transforma são as formas pelas quais esses princípios são preservados em processos cada vez mais distribuídos.

Essa constatação desloca o foco da pesquisa.

Mais do que perguntar quais ferramentas devem ou não ser utilizadas, torna-se necessário compreender quais princípios organizacionais permitem manter autoria, responsabilidade e legitimidade quando a inteligência deixa de estar concentrada em um único indivíduo.

É a partir desses princípios que se organizam as práticas apresentadas na próxima seção.

[08]

Princípios organizacionais para preservar autoria e responsabilidade



Os estudos de caso analisados demonstram que autoria e responsabilidade não são preservadas pela simples presença de um ser humano ao final do processo. Em contextos mediados por inteligência artificial, ambas dependem da existência de estruturas organizacionais capazes de tornar explícitas intenções, decisões, critérios e responsáveis ao longo da construção de um resultado.

Os princípios apresentados a seguir sintetizam os padrões observados ao longo da pesquisa. Eles não constituem um conjunto de regras universais nem esgotam as possibilidades de atuação das organizações. Seu objetivo é oferecer referências para o desenho de processos capazes de preservar autoria e responsabilidade em ecossistemas humano–IA.

Cada princípio é acompanhado por práticas organizacionais que exemplificam como essas diretrizes podem ser incorporadas ao cotidiano de equipes e instituições.

PRINCÍPIO 1

Tornar a intenção humana explícita

A autoria começa antes da produção de qualquer conteúdo.

Ela se manifesta na definição da intenção que orienta o processo, dos objetivos perseguidos, dos critérios que serão utilizados para avaliar alternativas e das decisões que permanecerão sob responsabilidade humana.

Quanto mais explícita for essa intenção desde o início do trabalho, menor a probabilidade de que decisões relevantes sejam gradualmente transferidas à inteligência artificial sem reflexão consciente.

Práticas organizacionais

> BRIEFING DE INTENÇÃO AUTORAL

Antes do início do projeto, registrar explicitamente:

- qual problema será resolvido;
- qual posição ou perspectiva orienta o trabalho;
- quais critérios serão utilizados para avaliar resultados;
- quais decisões permanecem exclusivamente humanas.

Esse registro funciona como referência para todo o desenvolvimento posterior do projeto.

PRINCÍPIO 2

Delimitar conscientemente a participação da IA

A pesquisa mostra que organizações mais preparadas não são aquelas que utilizam menos inteligência artificial, mas aquelas que definem conscientemente onde ela participa e onde o julgamento humano permanece indispensável.

Essa delimitação reduz o risco de deslocamentos graduais de responsabilidade produzidos apenas por conveniência operacional.

Práticas organizacionais

> MATRIZ DE COLABORAÇÃO HUMANO–IA

Definir previamente:

- atividades conduzidas predominantemente por humanos;
- atividades apoiadas por IA;
- atividades desenvolvidas em colaboração.

> ZONAS AI-FREE

Estabelecer momentos específicos do processo em que decisões críticas devam ocorrer sem consulta direta aos sistemas inteligentes, preservando espaços de reflexão exclusivamente humana.

PRINCÍPIO 3

Preservar a rastreabilidade das decisões

À medida que diferentes agentes passam a participar da produção de conhecimento, torna-se insuficiente registrar apenas o resultado final.

Também passa a ser necessário compreender como esse resultado foi construído.

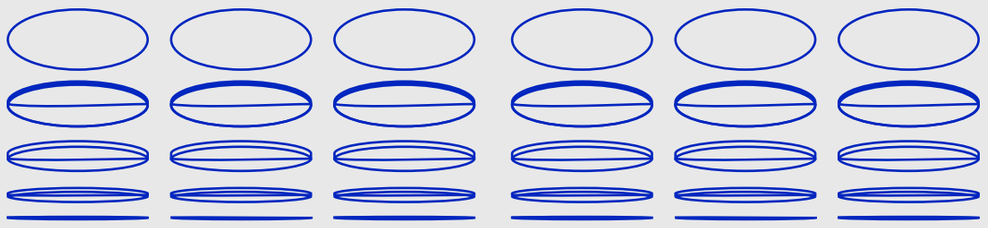
Preservar rastreabilidade significa permitir que decisões relevantes possam ser reconstruídas posteriormente.

Práticas organizacionais

> PAUSA DE DIVERGÊNCIA

Antes da decisão final, desenvolver deliberadamente uma alternativa independente das recomendações produzidas pela IA.

O objetivo não é rejeitar o sistema, mas preservar a capacidade comparativa do julgamento humano.



> AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE HOMOGENEIZAÇÃO

Comparar entregas recentes com trabalhos anteriores para identificar sinais de convergência excessiva produzida pela utilização recorrente dos mesmos sistemas.

PRINCÍPIO 4

Institucionalizar a responsabilidade

Os casos analisados demonstram que responsabilidade não desaparece quando a inteligência artificial participa do processo.

Ela precisa ser explicitamente reorganizada.

Quanto maior a distribuição da inteligência ao longo do processo, maior a necessidade de mecanismos institucionais capazes de tornar responsabilidade visível.

Práticas organizacionais

> REVISÃO HUMANA OBRIGATÓRIA

Todo conteúdo produzido com participação significativa da IA deve passar por validação humana antes de sua publicação ou utilização.

> ASSINATURA DE RESPONSABILIDADE

Identificar explicitamente quem responde pelo conteúdo produzido e pelas consequências decorrentes de sua utilização.

> TRANSPARÊNCIA SOBRE O USO DA IA

Sempre que a inteligência artificial tiver participação substantiva na produção de um resultado, tornar essa participação conhecida para clientes, parceiros ou públicos envolvidos, especialmente quando ela influencia conteúdo, contexto ou tomada de decisão.

> REVISÃO PERIÓDICA DE POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS

Atualizar continuamente diretrizes relacionadas ao uso de IA, incorporando aprendizados decorrentes da prática e das transformações tecnológicas observadas.

[09]

Fechamento da seção

Os princípios apresentados não procuram restringir o uso da inteligência artificial nem estabelecer fronteiras rígidas entre atividades humanas e automatizadas.

Seu objetivo é fortalecer a capacidade das organizações de preservar autoria e responsabilidade em processos cada vez mais distribuídos.

As práticas apresentadas ao longo desta seção devem ser compreendidas como exemplos de operacionalização desses princípios. À medida que diferentes contextos organizacionais incorporam inteligência artificial de formas distintas, novas práticas poderão surgir.

Os princípios, entretanto, permanecem como referência para orientar a construção de processos em que decisões continuem sendo justificáveis, responsabilidades permanecem identificáveis e a autoria possa ser reconhecida mesmo em ecossistemas de inteligência distribuída.



[10]

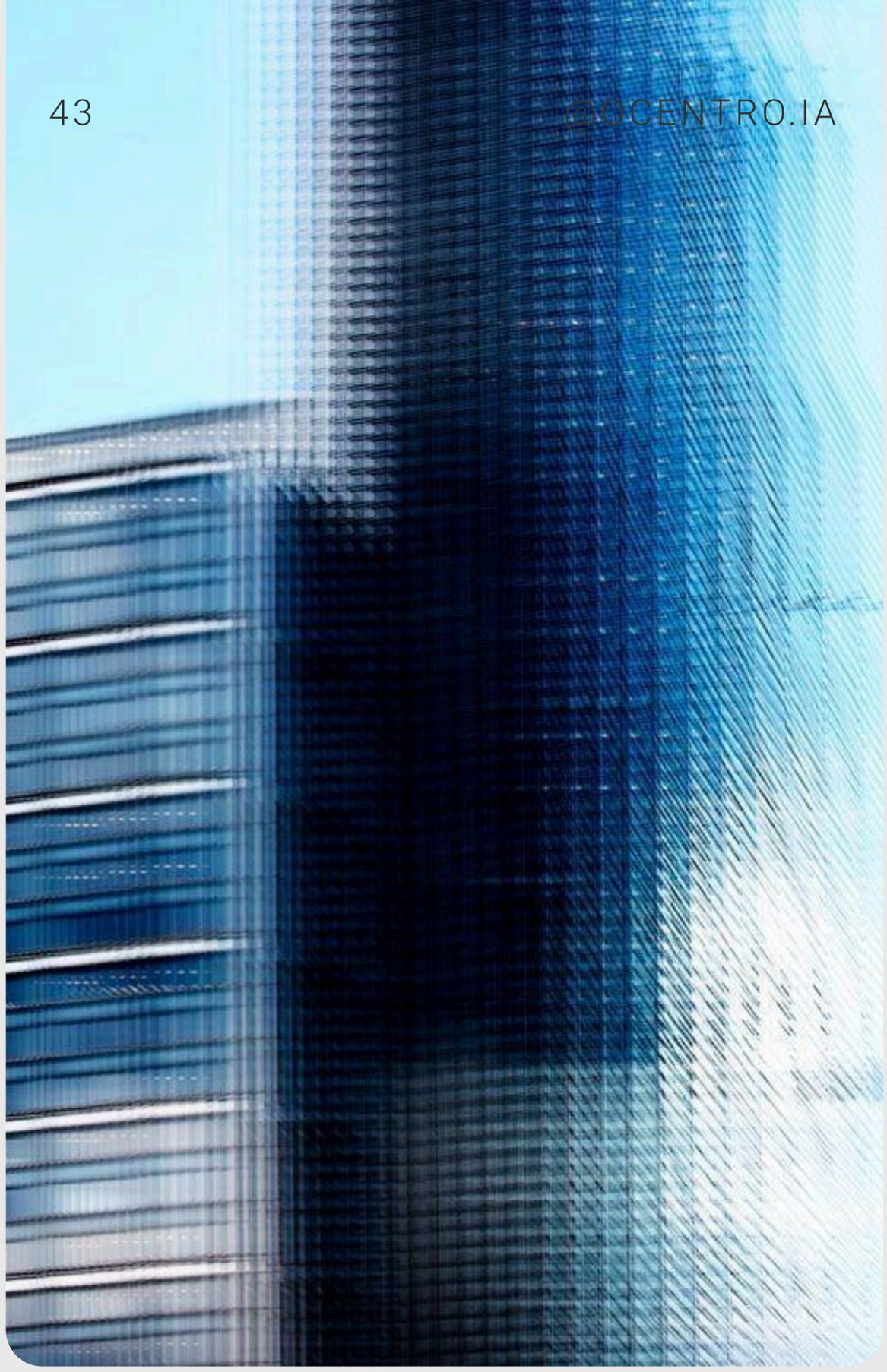
Conclusão

Os casos analisados ao longo deste relatório demonstram que a incorporação da inteligência artificial não elimina autoria ou responsabilidade. O que se transforma são os mecanismos pelos quais elas passam a ser atribuídas em processos de criação, produção de conhecimento e tomada de decisão.

Embora pertençam a contextos distintos, Project Rachel, Dataland e Spotify revelam uma transformação comum. Em todos eles, decisões deixam de ser produzidas por um único indivíduo e passam a emergir da interação entre pessoas, modelos, dados, plataformas e organizações.

Como consequência, estruturas tradicionais de atribuição de autoria e responsabilidade tornam-se insuficientes para explicar como esses processos passam a acontecer.

A análise comparativa dos casos permitiu identificar quatro padrões recorrentes: a autoria desloca-se do resultado para o processo; a responsabilidade permanece humana, mas torna-se progressivamente mais distribuída; a transparência passa a integrar o próprio processo de criação; e a governança deixa de concentrar-se apenas na tecnologia para atuar sobre as relações estabelecidas entre pessoas e sistemas inteligentes.



Esses padrões sugerem que preservar autoria não depende apenas de reconhecer quem produziu determinado resultado. Depende da capacidade das organizações de tornar explícitas intenções, critérios, decisões e responsabilidades ao longo de todo o processo de construção desse resultado.

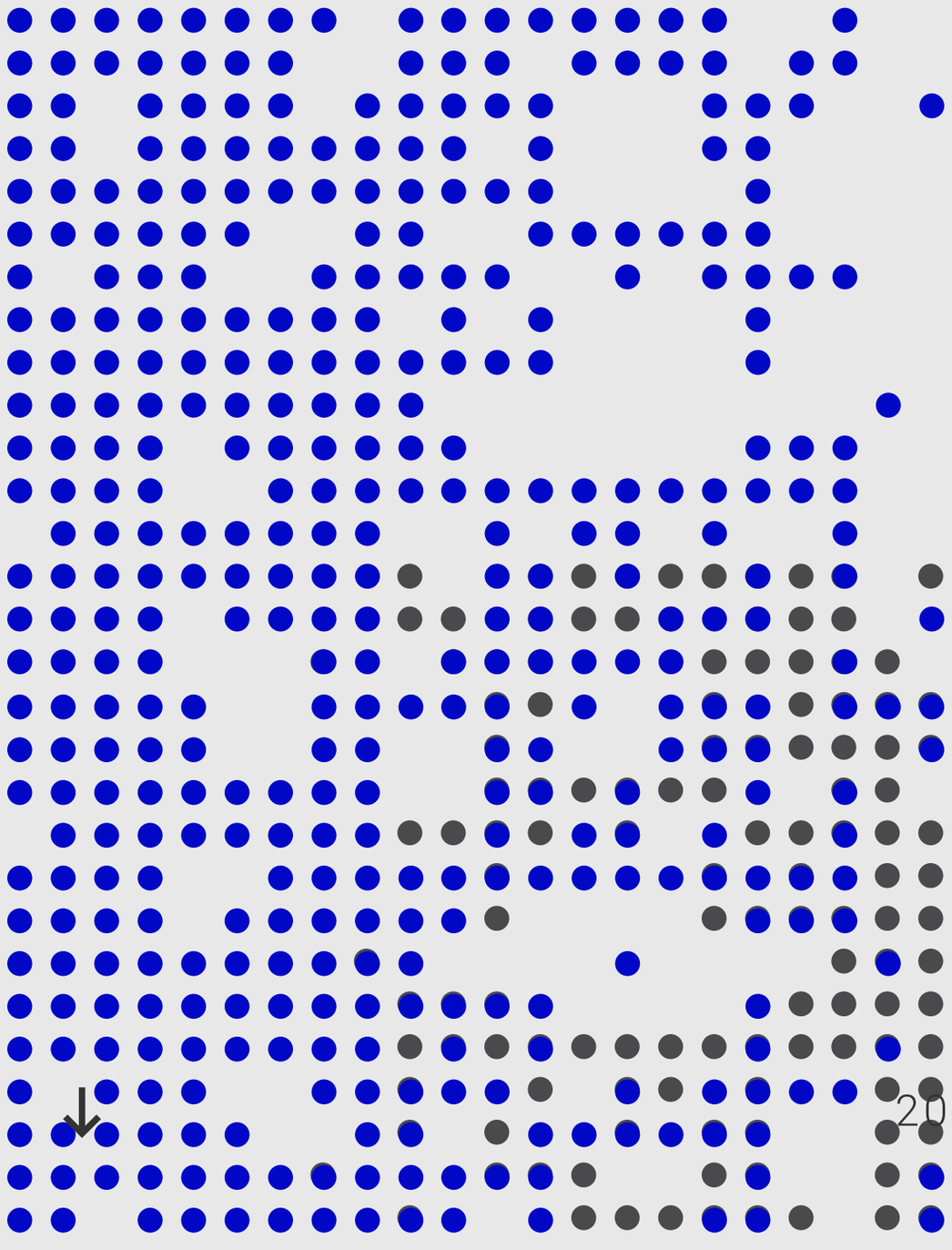
Os princípios organizacionais apresentados neste relatório procuram responder a esse desafio. Mais do que recomendar práticas específicas, eles oferecem uma estrutura para orientar organizações que buscam incorporar inteligência artificial sem perder a capacidade de justificar decisões, identificar responsáveis e sustentar confiança em seus processos.

Nesse sentido, a principal contribuição desta pesquisa não está na proposição de novos instrumentos de controle da inteligência artificial, mas na compreensão de que autoria e responsabilidade deixam de ser propriedades exclusivamente individuais e passam a depender da forma como processos organizacionais são concebidos, documentados e governados.

Essa transformação amplia a agenda de pesquisa inaugurada pelos volumes anteriores. Se o primeiro volume demonstrou a importância de sustentar critérios humanos em um contexto de abundância de respostas, e o segundo evidenciou que o julgamento humano passa a ocupar novos lugares ao longo do processo criativo, este terceiro volume sugere que preservar autoria exige desenvolver organizações capazes de manter responsabilidade e legitimidade em processos cada vez mais mediados por inteligência artificial.

As transformações observadas nesta pesquisa indicam que esse movimento está apenas começando.

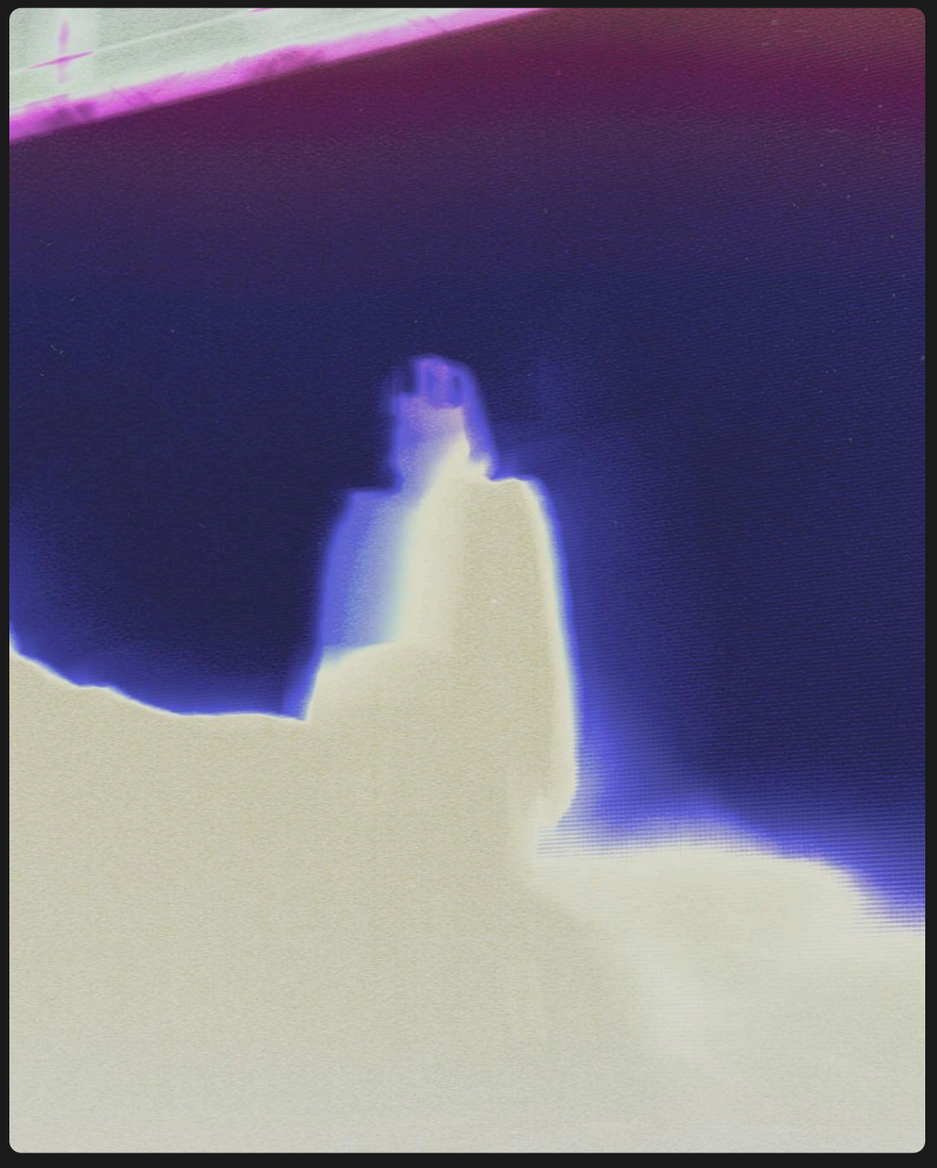
À medida que sistemas inteligentes assumem participação crescente na produção de conhecimento, na criação e na tomada de decisão, compreender como preservar autoria, responsabilidade e confiança torna-se não apenas um desafio tecnológico, mas uma questão central para o desenho das organizações do futuro.



[11]

Limitações da pesquisa

Os resultados apresentados neste relatório refletem uma etapa parcial da pesquisa conduzida pelo Centro Internacional de Criatividade e IA Aplicada. As análises concentram-se em estudos de caso, revisão bibliográfica e entrevistas qualitativas, não tendo como objetivo produzir generalizações estatísticas sobre o uso da inteligência artificial em diferentes setores.



As práticas organizacionais apresentadas devem ser compreendidas como princípios derivados dos padrões observados ao longo da investigação. Sua aplicação poderá variar conforme o contexto institucional, o nível de maturidade das organizações e a evolução das tecnologias analisadas.

À medida que novos modelos de inteligência artificial, agentes autônomos e formas de colaboração humano–IA emergem, espera-se que parte das questões discutidas neste relatório continue evoluindo, ampliando a agenda de pesquisa apresentada pelo Centro.

[12]

Continuidade da agenda de pesquisa

Este relatório integra a série de pesquisas desenvolvidas pelo Centro Internacional de Criatividade e IA Aplicada sobre os impactos da inteligência artificial na criatividade, na aprendizagem e na tomada de decisão.

A coleção investiga, de forma progressiva, as capacidades humanas que se tornam estratégicas em um contexto de crescente participação da inteligência artificial em processos organizacionais.

VOLUME 01

SUSTENTAR CRITÉRIOS

Investigou como a abundância de respostas produzidas pela IA desloca o papel humano para a definição dos critérios que orientam decisões.

VOLUME 01

PRESERVAR JULGAMENTO

Analisou como o julgamento humano deixa de ocupar um único momento do processo criativo e passa a ser redistribuído ao longo da interação entre pessoas e sistemas inteligentes.

VOLUME 01

ASSUMIR AUTORIA

Examinou como organizações podem preservar autoria e responsabilidade quando processos de criação e tomada de decisão passam a ser compartilhados entre pessoas, dados e inteligência artificial.

Os próximos volumes aprofundarão outras capacidades humanas que tendem a se tornar estratégicas em ecossistemas de inteligência distribuída, ampliando progressivamente o programa de pesquisa do Centro Internacional de Criatividade e IA Aplicada.

[13]

Referências

Este relatório integra o programa de pesquisa do Centro Internacional de Criatividade e IA Aplicada dedicado aos impactos da inteligência artificial sobre criatividade, aprendizagem e tomada de decisão.

[1] Levy, N. (2025). Responsibility is not required for authorship. Journal of Medical Ethics, 51(4), 230–232. https://doi.org/10.1136/jme-2024-109912

[2] Monperrus, M., Baudry, B., & Vidal, C. (2025). Project Rachel: Can an AI Become a Scholarly Author? arXiv. https://doi.org/10.48550/arXiv.2511.14819

[3] Dataland. (2026). Página oficial. Disponível em: https://dataland.art/

[4] Refik Anadol. (2026). Página oficial. Disponível em: https://refikanadol.com/refik-anadol/

[5] Refik Anadol. (2026). Unsupervised. Disponível em: https://refikanadol.com/works/unsupervised/

[6] Brummet, T. (2026). Perfil oficial no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DGDvROIxzUg/

[7] Debczak, M. (2026). The World's First Museum of A.I. Art Will Open in Los Angeles as the Art World Ponders Questions of Ethics and Sustainability. Smithsonian Magazine. Disponível em: https://www.smithsonianmag.com/smart-news/the-worlds-first-museum-of-ai-art-will-open-in-los-angeles-as-the-art-world-ponders-questions-of-ethics-and-sustainability-180988613/

[8] Spotify. (2026). Company Info. Spotify Newsroom. Disponível em: https://newsroom.spotify.com/company-info/

[9] Gee, M. (2024). This Is Who Is Behind Your Favorite Rap Playlists. RapTV. Disponível em: https://raptv.com/article/this-is-who-makes-rap-playlists-on-spotify-apple-music-and-more/

[10] Kretschman, et al. (2025). Transforming AI Research into Personalized Listening: Spotify at NeurIPS 2025. Research at Spotify. Disponível em: https://research.atspotify.com/2025/11/transforming-ai-research-into-personalized-listening-spotify-at-neurips-2025

[11] Huber, et al. (2025). Personalizing Agentic AI to Users' Musical Tastes with Scalable Preference Optimization. Research at Spotify. Disponível em: https://research.atspotify.com/2025/9/personalizing-agentic-ai-to-users-musical-tastes-with-scalable-preference-optimization

[12] Eldridge, et al. (2026). 5 Ways Curated Indie Playlists Beat Algorithms for Discovery. OnesToWatch. Disponível em: https://resources.onestowatch.com/curated-indie-music-playlists/

[13] Spotify. (2026). Spotify Strengthens AI Protections for Artists, Songwriters, and Producers. Spotify Newsroom. Disponível em: https://newsroom.spotify.com/2025-09-25/spotify-strengthens-ai-protections/

[14] Assis e Mendes. (2026). A fraude do streaming e o verdadeiro contencioso da música por IA. Disponível em: https://assisemendes.com.br/musica-ia-governanca-plataformas-30182/

Autoria não é apenas quem cria.

É quem permanece responsável pelas escolhas que tornam a criação possível.

O CENTRO

Internacional de Criatividade e IA Aplicada

world creativity organization

ioasys

2026